

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Entidade apresentou um lucro líquido de R\$ 237.979 (2019 - R\$ 307.547), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 7,88% (2019 - 10,67%). Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,66% (2019 - 17,14%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade distribuiu juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 73.307 (2019 - R\$ 216.654) e distribuiu dividendos de valor de R\$ 9.083 (2019 - R\$ 0). A resolução do Banco Central nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução nº 4.820 de 29 de maio de 2020 a qual restringia a distribuição de lucros e a redução do capital social, limitará a distribuição de lucros acumulados e do exercício corrente em até 30% do lucro líquido do exercício de 2020.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas

explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 12 de março de 2021.

São Paulo, 12 de março de 2021
 Marcelo Marangon - Representante Legal

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Disponibilidades	4	10.417	1.423.671
Ativos financeiros		6.284.897	7.743.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.394.092	4.627.773
Aplicações em operações compromissadas		2.394.092	2.399.999
Aplicações em operações interfinanceiras		-	2.227.774
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	1.773.617	1.044.004
Carteira própria		1.070.126	274.687
Instrumentos financeiros derivativos		33.647	13.222
Vinculados à prestação de garantias		669.844	756.095
Relações interfinanceiras	25.b	2.087.277	2.005.752
Correspondentes no país		2.087.277	2.005.752
Operações de crédito	8	29.911	65.992
Operações de crédito - setor privado		29.947	66.032
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)		(36)	(40)
Outros ativos		432.503	462.767
Rendas a receber		17.967	15.235
Ativo fiscal corrente		31.648	37.891
Ativo fiscal diferido		99.217	132.032
Diversos		10	283.671
Permanente		28.867	28.867
Investimentos		250	250
Outros investimentos		11	250
Imobilizado de uso	12	28.617	28.617
Imóveis de uso		66.196	66.196
Outras imobilizações de uso		6.161	14.767
(Depreciações acumuladas)		(43.740)	(52.346)
Total do Ativo		6.756.684	9.658.826

Passivo	Nota	2020	2019
Passivos Financeiros		1.340.147	4.618.343
Relações interdependências		45	519
Recursos em trânsito de terceiros		45	519
Obrigações por empréstimos	13.a	1.039.410	4.459.881
Empréstimos no exterior		1.039.410	4.459.881
Obrigações por repasses do exterior	13.b	130.004	101.264
Repasses do exterior		130.004	101.264
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	170.688	56.679
Instrumentos financeiros derivativos		170.688	56.679
Passivos fiscais	15	55.506	2.091
Corrente		55.506	2.091
Provisões	16	118.614	117.806
Outros passivos		2.170.066	2.006.748
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	15
Sociais e estatutárias		14	82.390
Diversas		16	2.087.674
Resultados de exercícios futuros		1.197	675
Resultados de exercícios futuros		1.197	675
Patrimônio líquido	18	3.071.154	2.913.163
Capital social - de domiciliados no exterior		1.600.249	1.600.249
Reservas de lucros		1.478.866	1.323.277
Outros resultados abrangentes		(7.961)	(10.363)
Total do Passivo		6.756.684	9.658.826

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.258.549	341.700	150.866	1.081.518	-	-	-	2.824.840
Aumento de capital	18.a	341.700	(341.700)	-	-	-	(7.793)	-	-
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	18.f	-	-	-	-	-	8	8	-
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	18.f	-	-	-	-	-	(2.578)	(2.578)	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	307.547	307.547
Destinações:									
Reservas	18.b.c.e.d	-	-	15.377	292.170	-	-	(307.547)	-
Juros sobre capital próprio	18.e	-	-	-	(216.654)	-	-	(216.654)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.600.249	-	166.243	1.157.034	-	-	-	2.913.163
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	18.f	-	-	-	-	-	(526)	(526)	-
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	18.f	-	-	-	-	-	2.928	2.928	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	237.979	237.979
Destinações:									
Reservas	18.b.c.e.d	-	-	11.899	139.695	3.995	-	(155.589)	-
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(9.083)	(9.083)
Juros sobre capital próprio	18.e	-	-	-	-	-	-	(73.307)	(73.307)
Saldos em 30 de junho de 2020		1.600.249	-	178.142	1.296.729	3.995	(7.961)	3.071.154	3.071.154
Outros resultados abrangentes, disponíveis para venda líquido de impostos	18.f	-	-	-	-	-	(455)	(455)	-
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados	18.f	-	-	-	-	-	831	831	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	144.788	144.788
Destinações:									
Reservas	18.b.c.e.d	-	-	7.240	139.695	3.995	-	(150.930)	-
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(9.083)	(9.083)
Juros sobre capital próprio	18.e	-	-	-	-	-	-	(73.307)	(73.307)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.600.249	-	178.142	1.296.729	3.995	(7.961)	3.071.154	3.071.154

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade), companhia de capital fechado, controlada pela Citibank, N.A. é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos bancos comerciais, inclusive as de câmbio.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Adicionalmente, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua vigência, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram:

- As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade;
- Abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, passivos financeiros, ativos fiscais, passivos fiscais e provisões;
- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes;
- Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- Inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes;
- Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e
- Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais e de resultado.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Entidade evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Para melhor apresentação e comparabilidade, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação destas Demonstrações Financeiras.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 12 de março de 2021.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira aplicáveis em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.062/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito. Para títulos privados que não possuem preços indicativos no mercado de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os parâmetros do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística, que podem exigir julgamento ou estimativa, que permitem à Entidade controlar estes fatores em títulos privados.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedging), seguindo as premissas da Circular Bacen nº 3.062/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente a operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de risco de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os parâmetros da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis

de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

A classificação das operações, com empresas do segmento Corporate, é amparada na análise periódica do rating e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

A Entidade constitui, para os clientes Corporate, provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no rating H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de rating H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

h) Permanente
i. Investimentos
 Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado
 Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação, não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis e necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado.

Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo.

j) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)
 O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e

Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

k) Obrigações por empréstimos e repasses no exterior
 As obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN.

m) Ativos e passivos contingentes
 Os ativos e passivos contingentes e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

n) Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação.

A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário encontra a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

Table with columns: Títulos para Negociação, Custo Atualizado, Valor de mercado, De 3 a 12 meses, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Custo Atualizado, Valor de mercado. Rows include Letras do Tesouro Nacional - LTN, Vinculado à prestação de garantias, Letras do Tesouro Nacional - LTN.

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

Table with columns: Títulos Disponíveis para Venda, Custo Atualizado, Valor de mercado, De 3 a 5 anos, Custo Atualizado, Valor de mercado. Rows include Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Contratos, 2º Semestre 2020, Exercícios 2020, 2019. Rows include Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas, Títulos de renda fixa, Outros.

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se às perdas não realizadas, deduzidas dos efeitos fiscais, no montante de R\$ (581) (2019 - R\$ 55).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.d.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato.

Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de caixa, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O valor de mercado dos swaps é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. Os cálculos das curvas de juros utilizam modelos auditados e aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo.

Para as opções, são utilizados modelos estatísticos que consideram a volatilidade do preço do ativo objeto e as taxas de juros representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e swaps negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou por motivos atípicos, não representando fielmente as condições de mercado.

Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem a Entidade controlar estes fatores em operações com instrumentos derivativos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa.

a) O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.

Table with columns: Negociação, Derivativos cambiais, Contratos de NDF, Contratos de swaps, Total. Rows include Valores referenciais dos contratos, Custos, Ativos, Passivos.

b) O quadro a seguir resume o valor da exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos classificados de acordo com o prazo de vencimento, e seus respectivos valores de custo.

Table with columns: Negociação, Derivativos cambiais, Contratos de NDF, Contratos de swaps, Total. Rows include Vencimento, Até 3 meses, De 3 a 12 meses, Custos, Ativos, Passivos.

c) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

Table with columns: Negociação, Derivativos cambiais, Contratos de NDF, Contratos de swaps, Total. Rows include Valores referenciais dos contratos, Custos, Ativos, Passivos.

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

Table with columns: Negociação, Derivativos cambiais, Contratos de NDF, Contratos de swaps, Total. Rows include Valores referenciais dos contratos, Custos, Ativos, Passivos.

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Contratos, Swaps, NDF, Total. Rows include 2º Semestre 2020, Exercícios 2020, 2019.

8 Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

Table with columns: Operações de crédito, Financiamentos, Total de operações de crédito, Provisões para perdas associadas ao risco de crédito, Total de operações de crédito.

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Table with columns: Nível de Risco, Normal, AA, A, Total. Rows include Pessoas físicas, Pessoas jurídicas, Outros serviços, Provisões.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Table with columns: Nível de Risco, Normal, AA, A, Total. Rows include Pessoas físicas, Pessoas jurídicas, Outros serviços, Provisões.

d) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Table with columns: Nível de Risco, Normal, AA, A, Total. Rows include Pessoas físicas, Pessoas jurídicas, Outros serviços, Provisões.

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

Table with columns: A vencer até 90 dias, De 91 a 360 dias, Total. Rows include 2020, 2019.

e) Composição da carteira de crédito por concentração

Table with columns: 10 maiores devedores, 20 seguintes maiores devedores, 50 seguintes maiores devedores, 100 seguintes maiores devedores, Total. Rows include Saldo, % Carteira, Exercícios.

f) Movimentações a conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Table with columns: Crédito com características de concessão de crédito, Saldo inicial, Constituições líquidas de reversões, Saldo final. Rows include Exercícios 2020, 2019.

Não houve renegociação e créditos baixados como prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Entidade registrou despesas com provisão para perdas associadas à garantias prestadas de R\$ 21 (2019 - R\$ 0) e recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 17 (2019 - R\$ 26).

g) Composição do resultado de operações de crédito

Table with columns: Financiamentos, Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Total. Rows include 2º Semestre 2020, Exercícios 2020, 2019.

9 Ativos fiscais

Ativos fiscais correntes

Table with columns: Impostos e contribuições a compensar/recuperar, Total. Rows include 2020, 2019.

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Entidade constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Table with columns: Provisão para outros pagamentos, Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Prejuízos fiscais a compensar, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2019.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Prejuízos fiscais a compensar, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Base negativa de contribuição social, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Base negativa de contribuição social, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Base negativa de contribuição social, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Base negativa de contribuição social, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Base negativa de contribuição social, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para outros pagamentos

Table with columns: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste a valor de mercado de títulos mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Provisão para bônus e gratificação periódica, Benefícios à empregados CPC 33, Base negativa de contribuição social, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Realização, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

b) Obrigações por repasses

Table with columns: No exterior, Vinculados a repasses a mutuários, Vinculados a títulos federais, Total. Rows include De 3 a 12 Meses, 2020, 2019.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Contratos, Empréstimo no exterior, Repasses no exterior, Total. Rows include 2º Semestre 2020, Exercícios 2020, 2019.

14 Outros passivos - Sociais e estatutárias

Sociais e estatutárias referem-se, basicamente, a provisão de dividendos e juros sobre capital próprio realizáveis no curto prazo no montante de R\$ 82.390 (2019 - R\$ 0).

15 Passivos fiscais

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Circulante. Rows include 2020, 2019.

Passivos fiscais corrente

Table with columns: Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro, Provisão para impostos e contribuições a recolher, Diversas, Total. Rows include 2020, 2019.

Provisões

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Circulante, Não Circulante. Rows include Provisão para contingências (nota 17), Provisão para pagamentos a efetuar, Provisão para garantias financeiras prestadas, Plano de benefício pós-emprego, Outros passivos diversos, Credores diversos - Banco mandatário, Diversas, Total. Rows include 2020, 2019.

15) Refere-se substancialmente a valores de provisão referentes ao CAP e bônus.

16) Refere-se ao déficit do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citiprev - Sociedade de Previdência Privada.

17) Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

17 Passivos contingentes e obrigações legais

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Circulante, Não Circulante. Rows include Provisão para contingências - Fiscais, Provisão para contingências - Trabalhistas, Provisão para contingências - Cíveis, Total. Rows include 2020, 2019.

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 32.548 (2019 - R\$ 32.170): trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal nº 11.941/2009, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente. Em dezembro de 2018 a Entidade protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente.

Fiscal não - Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 249 (2019 - R\$ 221): trata-se de Mandado de Segurança visando questionar a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como pleitear a restituição de valores recolhidos na atual sistemática.

Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 487 (2019 - R\$ 481): trata-se de ação ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%.

Cível - Ação indenizatória - R\$ 12.202 (2019 - R\$ 11.961): trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito à correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/1989. Acórdão de segunda instância favorável à Entidade.

Trabalhista: tratam-se de processos trabalhistas massificados e relevantes por receberem pedidos inferiores a R\$ 500 e R\$ 10.000, respectivamente. A descrição do provisionamento está detalhado na nota de Principais Práticas Contábeis, na subseção de Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 375.503 (2019 - R\$ 342.215), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 40 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 4.458 (2019 - R\$ 4.064), dos quais 1 processo é tido como estimável, restando ainda 2 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 80.513 (2019 - R\$ 79.424): trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 177.090 (2019 - R\$ 76.981): valor total estimado de RPJ e CSL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguardam-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

ISS Atividade Bancária - R\$ 85.212 (2019 - R\$ 84.423): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguardam-se decisões judiciais sobre o tema.

ISS Corretagem - R\$ 1.142 (2019 - R\$ 5.412): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.

Ação Declaratória com preceito cominatório de restituição - R\$ 4.458 (2019 - R\$ 4.064): os autores buscam a anulação de contratos de repasse e captação de recursos no exterior e seus reflexos. Pendente de decisão de primeiro grau.

b) Movimentação das contingências

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2019, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2020. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Fiscais

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Fiscais

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Trabalhistas

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Cíveis

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Total

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Fiscais

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Trabalhistas

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Cíveis

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Total

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Fiscais

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Trabalhistas

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Cíveis

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Total

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Fiscais

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Trabalhistas

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Cíveis

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Total

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows include Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

Fiscais

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2018, Constituição, Reversão, Utilização, Atualização, Saldos em 31 de dezembro de 2019. Rows

↪ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

21 Resultado de provisão para passivos contingentes e outras receitas/(despesas) operacionais

a) Resultado de provisão para passivos contingentes

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Provisão para passivos contingentes				
Reversão de provisão para contingências (nota 17.b)		48	51	20
Atualização monetária de contingências (nota 17.b)	(1.912)	(3.201)	(3.058)	
Despesas com provisões para contingências (nota 17.b)		(9)	(383)	(257)
Total	(1.873)	(3.533)	(3.295)	

b) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Receitas				
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.694	7.780	10.672	
Reversão de provisões operacionais			9	
Atualizações e recuperação de impostos	355	2.331	1.204	
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações		(2.029)		
Outras receitas operacionais			(2)	
Total	4.049	12.149	11.878	

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Despesas				
Despesas de serviços prestados à ligadas	(2.749)	(2.893)	(69)	
Outras	(172)	(198)	(509)	
Total	(2.969)	(3.091)	(578)	

22 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	203.251	368.647	331.879	
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	(73.307)	(73.307)	(216.654)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	129.943	295.340	115.225	
Diferenças temporárias	(2.701)	1.392	16.970	
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(6.994)	(9.386)	11.415	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1)	(4)	16	
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	1.921	3.523	3.165	
Provisão para bônus, gratificações e PLR		4.096	254	
Provisão para outros pagamentos	2.372	3.163	2.120	
Diferenças permanentes	-	2	7	
Outras despesas não dedutíveis		2	7	
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais	127.242	296.735	132.202	
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	(14.363)	(65.210)	(39.661)	
Base de cálculo do imposto de renda	112.879	231.524	92.541	
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(28.208)	(57.857)	(23.111)	
Provisão para imposto de renda	(28.208)	(57.857)	(23.111)	
Movimentação da base tributável diferida	(17.064)	(63.818)	(22.691)	
Movimentação diferida para imposto de renda	(4.266)	(15.954)	(5.673)	
Total da provisão diferida	(4.266)	(15.954)	(5.673)	
Total do imposto de renda	(32.474)	(73.811)	(28.784)	

b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	2º Semestre		Exercícios	
	2020	2020	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	203.251	368.647	331.879	
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	(73.307)	(73.307)	(216.654)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	129.943	295.340	115.225	
Diferenças temporárias	(2.701)	1.392	16.970	
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(6.994)	(9.386)	11.415	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1)	(4)	16	
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	1.921	3.523	3.165	
Provisão para bônus, gratificações e PLR		4.096	254	
Provisão para outros pagamentos	2.372	3.163	2.120	
Diferenças permanentes	-	2	7	
Outras despesas não dedutíveis		2	7	
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	127.242	296.735	132.202	
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	(38.173)	(89.200)	(39.661)	
Base de cálculo da contribuição social	89.069	207.714	92.541	
Alíquota de 15% para contribuição social	(17.814)	(40.391)	(13.881)	
Alíquota de 20% para contribuição social	(17.814)	(40.391)	(13.881)	
Provisão para contribuição social	(40.874)	(87.628)	(22.691)	
Movimentação da base tributável diferida	(8.175)	(17.526)	(3.404)	
Movimentação diferida para contribuição social		1.060	21.737	
Movimento majoração da alíquota CSLL 5%		(1.060)	21.737	
Total da provisão diferida	(8.175)	(16.466)	18.333	
Total da contribuição social	(25.989)	(56.857)	4.451	

23 Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2020		
	Outras partes relacionadas Controladora ⁽¹⁾	No país ⁽²⁾	
Ativo			
Disponibilidades	-	-	9.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.394.092	-
Relações interfinanceiras - ativa	-	2.087.277	-
Outros ativos	-	589	1.531
Passivo			
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(1.165.814)
Outros passivos	-	(2.402)	(392)
Receita/(despesa)			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	160.392	1.593
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(41.712)
Resultado de operações de câmbio	-	-	(26)
Receitas de serviços prestados	796	10.099	5.196
Outras despesas administrativas	-	(13.094)	-
Outras despesas operacionais	-	(2.614)	-
Resultado não operacional	-	38.365	-

	2019		
	Outras partes relacionadas No país ⁽²⁾	No exterior ⁽³⁾	
Ativo			
Disponibilidades	-	1.421.610	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.627.773	-	-
Relações interfinanceiras - ativa	2.005.752	-	-
Outros ativos	924	1.315	-
Passivo			
Obrigações por empréstimos e repasses	-	(4.561.145)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(334)	-
Outros passivos	(874)	(16.070)	-

	2020		
	Outras partes relacionadas No país ⁽²⁾	No exterior ⁽³⁾	
Receita/(despesa)			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	198.984	477	
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	-	(59.221)	
Resultado de operações de câmbio	-	(31)	
Receitas de serviços prestados	7.976	5.779	
Outras receitas operacionais	41.736	-	
Outras despesas administrativas	(10.915)	-	
Outras despesas operacionais	(28)	(55)	

⁽¹⁾ Citibank, N.A. (US)
⁽²⁾ Banco Citibank S.A.; Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Citigroup Global Markets Assessoria Ltda.; Citi Brasil Comércio e Participações Ltda. e Citi Participações e Investimentos Ltda.
⁽³⁾ Citibank Korea Inc.; Citibank Taiwan Ltd.; Citibank, N.A.; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citigroup Global Markets Inc.; Citibank N.A. IBF LATAM; Citibank Europe plc Luxembourg; Citibank, N.A. Switzerland; Citibank, N.A. United Kingdom; Citibank, N.A. Hong Kong; Citibank, N.A. Singapore; Citigroup Global Markets Limited; Citigroup Global Markets Europe AG; Citibank Anonim Sirkeci; Citibank (China) Co., Ltd.; Citibank Europe plc - GERMANY; Citibank Europe plc Netherlands; Citibank, N.A. Canada; Citibank, N.A. India; Citibank Europe plc Portugal; Citibank, N.A. - Japan; Citibank, N.A. Italy; Citibank Europe plc Denmark; Citibank Europe plc France; Citibank, N.A. Bahrain; Banco Nacional de Mexico, S.A., integrante do Grupo Financiero Banamex; Citibank Europe plc Sweden; Citibank, N.A. Brazil; Citibank Europe plc Finland; Citibank N.A. International Banking Facility; Citibank (Switzerland) AG; Citigroup Inc.; Citibank Canada; Citibank, N.A. Jersey.

b) Remuneração da administração

A administração da Entidade é composta por sua diretoria executiva que compartilha função com as demais empresas do Conglomerado. Dessa forma, a remuneração global dos administradores é paga por outra entidade do Conglomerado.

24 Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

i. Plano de aposentadoria

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.
 Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

iii. Plano de assistência à saúde para aposentados

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.
 De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano	2.044	2.132
Valor presente das obrigações atuariais	(23.745)	(27.522)
Valor total do passivo atuarial	(21.701)	(25.390)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreram contribuições, somente o juro da operação.
 A política de concessão do benefício de assistência médica para aposentados é distinta entre os empregados da Entidade, tendo como base para definição de elegibilidade ao benefício a data de admissão, a idade e o tempo de serviço na aposentadoria.

Os padrões de cobertura e o custo assumido pelos aposentados variam em função das condições de

A Diretoria

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financiero Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê: i. avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financiero Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente; ii. avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e iii. avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por 13 vezes no período de 1º de janeiro de 2020 à 12 de março de 2021, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos

contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções.

A Auditoria Interna do Conglomerado Financiero Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/1998 e nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.

d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/2015, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financiero Citibank Brasil para o exercício de 2020, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

	2020		2019	
	avaliação atuarial	avaliação atuarial	avaliação atuarial	avaliação atuarial
Moeda funcional				
Ativo posicionado em 31/12/2020 informado pela Citiprevi				
Inflação + 3,58% a.a. = 7,20% a.a.				
Ativo posicionado em 31/12/2019 informado pela Citiprevi				
Inflação + 3,39% a.a. = 7,10% a.a.				
Taxa de desconto da obrigação atuarial				
Crescimento benéfico previdenciário				
Reajuste do benefício do plano				
Taxa anual de inflação a longo prazo				
Taxa de permanência do plano de saúde				
Crescimento dos custos médicos				
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária				
Tábua de mortalidade geral				
Tábua de mortalidade de inválidos				
Tábua de entrada em invalidez				
Entrada em aposentadoria				

eligibilidade acima descritas. Outras hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas definidas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/(receita) para o exercício subsequente. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

Ativo posicionado em 31/12/2020 informado pela Citiprevi
 Inflação + 3,58% a.a. = 7,20% a.a.
 Não aplicável
 Não aplicável
 Não aplicável
 Não aplicável
 3,50% a.a.
 100%
 Inflação + 3,75% a.a. = 7,40% a.a.
 Experiência Mercer crescimento real:
 De 0 a 24 anos: 1,25%
 De 25 a 54 anos: 2,75%
 De 55 a 79 anos: 4,75%
 Acima de 79 anos: 2,25%
 AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo

Ativo posicionado em 31/12/2019 informado pela Citiprevi
 Inflação + 3,39% a.a. = 7,10% a.a.
 Não aplicável
 Não aplicável
 Não aplicável
 Não aplicável
 3,60% a.a.
 100%
 Inflação + 3,25% a.a. = 7,00% a.a.
 Experiência Mercer crescimento real:
 De 0 a 24 anos: 1,5%
 De 25 a 54 anos: 2,5%
 De 55 a 79 anos: 4,5%
 Acima de 79 anos: 2,5%
 AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo

Merced Disability desagravada em 50,00%
 Até 20 SM: 0,20/(TS)^0,26
 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)^0,32
 SM: Salário Mínimo
 TS: Tempo de Serviço
 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Composição familiar
iv. Taxa para desconto da obrigação atuarial
 A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

v. Seguro de vida
 A Entidade oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

25 Outras informações

a) Como parte das atividades normais, a Entidade assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes apresentados a seguir, os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritos na nota 3.g.

	2020	2019
Beneficiários em garantias prestadas	19.311	19.019
Total	19.311	19.019
Provisão para garantias financeiras prestadas	(28)	(6)
Total	19.283	19.013

b) O saldo de relações interfinanceiras refere-se, basicamente, a serviços bancários diversos contratados, executados pela Entidade no valor de R\$ 2.087.277 (2019 - R\$ 2.005.752), conforme nota 23.a.

c) Os ativos não-financeiros foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período.

d) A Entidade opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 17,66% (2019 -

Citibank N.A. - Filial Brasileira

CNPJ nº 33.042.953/0001-71

☆ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank, N.A. – Filial Brasileira São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2021.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador - CRC 1SP252418/O-3